

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva os textos para o **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado.
- No **Caderno de Textos Definitivos**, a presença de qualquer marca identificadora nos espaços destinados à transcrição dos textos definitivos acarretará a anulação da sua prova discursiva.
- Em cada questão, ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **10,00 pontos**, dos quais até **0,50 ponto** será atribuído ao quesito apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado).

-- PROVA DISCURSIVA --

QUESTÃO 1

Um analista ministerial especializado na área de letras do Ministério Público do Estado do Tocantins recebeu a tarefa de redigir um texto de divulgação, na página do Ministério, da seguinte matéria jornalística:

Ao longo de sua pesquisa a respeito das infâncias nas favelas do Rio de Janeiro, a antropóloga Camila Fernandes se deparou com dinâmicas diversas: desde a dimensão antecipada do cuidado — com crianças tomando conta de crianças — até a organização comunitária feminina em prol da tarefa — mães que contam com outras mulheres para zelar por seus filhos, nas conhecidas casas de cuidar.

A pesquisa revela que as casas de mulheres que tomam conta de crianças na vizinhança das comunidades funcionam com o conhecimento do poder público, mas sem nenhuma regulação, ou seja, atuam na informalidade. Essas mulheres cumprem uma função importante de proteção social e seguem sem direitos trabalhistas, sem ajuda. Há toda uma dimensão política que, por um lado, torna o trabalho dessas mulheres fundamental nesses territórios, mas, por outro, o invisibiliza pela falta de reconhecimento. Segundo a pesquisadora, dado o papel social indispensável desse trabalho, é preciso inseri-lo dentro da legalidade, como têm tentado fazer alguns municípios, seja por meio de contratação em empresas terceirizadas, seja por meio de benefícios sociais, seja pela via de parcerias público-privadas.

O que ancora essa rede de cuidado, segundo a pesquisa, é o drama do acesso dos filhos da classe trabalhadora às creches. “No Rio de Janeiro, há mais de 30 mil crianças esperando uma vaga — realidade comum em qualquer outra grande metrópole do País. Como a educação é obrigatória apenas a partir dos 4 anos de idade, as políticas de creches ficam em um limbo entre dever e direito, o que abre precedentes para que muitos municípios não cumpram com a oferta necessária”, afirma a antropóloga.

É importante frisar que a creche possibilita que as crianças tenham cuidado pedagógico, importante para o seu desenvolvimento social e cognitivo. E, além disso, permite a mobilidade de mães e pais, que conseguem sair para trabalhar, prover recursos à família e romper com uma estrutura de desigualdade social. A creche gera desenvolvimento econômico e social para o país, por isso é preciso tratá-la como investimento nas pessoas, nas famílias e nas crianças, para que elas possam romper com o ciclo estrutural de pobreza. O Estado brasileiro não pode se evadir a essa responsabilidade.

Internet: www.cartacapital.com.br (com adaptações).

Considerando o caso hipotético precedente, redija, na condição de analista ministerial especializado na área de letras do Ministério Público do Estado do Tocantins, o texto solicitado, o qual deve conter:

- 1 a ideia principal da matéria; [valor: 3,00 pontos]
- 2 o propósito do autor da matéria; [valor: 3,00 pontos]
- 3 a opinião do autor da matéria. [valor: 3,50 pontos]

QUESTÃO 1 – RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

QUESTÃO 2

Um analista ministerial especializado da área de atuação Letras do Ministério Público do Estado do Tocantins recebeu a incumbência de revisar um ofício que continha o trecho a seguir.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, através do Promotor de Justiça que esta subscreve, com fulcro no art. 129, inciso III, da Constituição Federal, na Lei n.º 8.625/1993 (Lei Orgânica do Ministério Público), Lei n.º 51/2008 (Lei Complementar Estadual), Lei n.º 8429/1992, vem à presença de V. Exa. propor AÇÃO CIVIL POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA em face de XXX, brasileiro, casado, Delegado de Polícia, natural de Palmas/MG, nascido em XXX, filho de XXX, portador do R.G. n.º XXX SSP/TO, e R.G. Funcional n.º XXX SSP/TO, residente e domiciliado na Rua XXX, Araguaína/TO, pelos fatos e fundamentos jurídicos a seguir expostos:

A autoridade expedidora do ato solicitou que o referido analista fizesse uma análise do estilo do texto e propusesse alterações que o tornassem mais conciso e com uma linguagem mais próxima da utilizada pelos administrados, mas ainda formal.

Considerando a situação hipotética apresentada, redija um texto dissertativo em atendimento à solicitação da autoridade expedidora do ato, explicitando as alterações que proporia no texto [valor: 3,50 pontos] e justificando-as [valor: 6,00 pontos].

QUESTÃO 2 – RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	